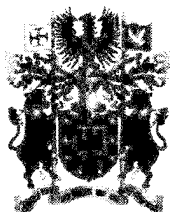


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – SISTEMA
DE INCENTIVOS PARA A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL -
COMPETIR +

PONTA DELGADA
MAIO DE 2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1683 Proc. n.º 102
Data:	01/05/2014 N.º 291 X



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 16 de Maio de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, e por videoconferência com a Sede e Delegações de Angra do Heroísmo e Santa Maria, a fim de analisar e dar parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Sistema de incentivos para a competitividade empresarial - COMPETIR +.

1º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi apresentada ao abrigo da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos do artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciada nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



2º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

a) Na generalidade

A iniciativa legislativa em análise pretende criar – conforme dispõe o artigo 1.º – “o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial [Competir +], que visa promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, reforçar a competitividade, a capacidade de penetração em novos mercados e a internacionalização das empresas açorianas, assim como alargar a base económica de exportação da Região Autónoma dos Açores.”

Sustenta-se que “A prioridade do novo quadro de orientação na utilização dos fundos estruturais comunitários para o período 2014-2020 será conferida às empresas, que indubitavelmente desempenham um papel fundamental na criação de emprego e de riqueza, assumindo-se como as unidades de produção que melhor otimizam a utilização dos recursos endógenos.”

Defende-se, para o efeito, que urge “prosseguir três eixos orientadores: um dirigido à diversificação da produção açoriana e ao aumento do seu valor acrescentado mediante o recurso de forma sistemática e estratégica da inovação, potenciando a capacidade exportadora das empresas; um outro dirigido ao contexto em que as empresas operam, incentivando a cooperação entre as empresas, as entidades do governo regional e local e as entidades do sistema científico e tecnológico; e, por último, um eixo dirigido à modernização das empresas existentes e ao desenvolvimento local por forma a introduzir ganhos de eficiência e de produtividade.”

Assim, atento este enquadramento, o Governo Regional “decidiu criar o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial, designado de COMPETIR +, o qual no respeito pelos normativos comunitários aplicáveis em razão da matéria, constitui o quadro de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao setor empresarial para o período de 2014 a 2020.”

Refira-se que “O COMPETIR + encontra-se estruturado em subsistemas de incentivos que traduzem linhas de apoio específicas e adequadas ao estágio de desenvolvimento regional, procurando, nomeadamente, responder a necessidades das empresas nas vertentes do fomento do alargamento da base económica de exportação, da internacionalização, do urbanismo sustentável integrado, da inovação e qualificação, do empreendedorismo, do desenvolvimento local e, por último, da eficiência empresarial.”

Por fim, face ao supra exposto, propõe-se (cf. artigo 24.º) a revogação dos seguintes diplomas:



Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011/A, de 4 de novembro;

Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A, de 22 de julho;

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2007/A, de 25 de outubro, alterado e republicado pelo

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/A, de 20 de fevereiro;

Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2007/A, de 24 de outubro, alterado e republicado pelo

Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2012/A, de 4 de maio;

Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2007/A, de 29 de outubro, alterado e republicado pelo

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2012/A, de 31 de janeiro;

Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2007/A, de 19 de novembro, alterado e republicado pelo

Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2012/A, de 25 de janeiro.

A Comissão deliberou proceder à audição do Vice-presidente do Governo Regional, da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, da Federação Agrícola dos Açores e da Federação das Pescas dos Açores, bem como solicitar pareceres (que se anexam a este Relatório) às seguintes entidades:

- Universidade dos Açores;

- Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores.

No dia 16 de Maio de 2014 a Comissão ouviu o Vice-presidente do Governo dos Açores.

O Vice-presidente começou por afirmar que o novo sistema de incentivos que irá vigorar de 2014 a 2020 será consubstanciado em sete subsistemas de incentivos:

- 1 – Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação;
- 2 – Incentivos para a Internacionalização;
- 3 – Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado;
- 4 – Incentivos para a Qualidade e Inovação;
- 5 – Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo;
- 6 – Incentivos para o Desenvolvimento Local;
- 7 – Incentivos de Apoio à Eficiência Empresarial.

O Governante afirmou que esta nova geração de incentivos destina-se a:

- promover a diversificação da produção da região e ao aumento do seu valor acrescentado recorrendo à inovação e deste modo aumentar a capacidade de exportação das empresas;



- incentivar as empresas, o governo e o poder local a juntarem-se às entidade científicas e tecnológicas;
- modernizar as empresas de modo a introduzir ganhos de eficiência.

Estas medidas, na sua opinião, irão criar vantagens comparativas, nomeadamente na constituição de *clusters* regionais e na valorização dos fatores imateriais, como era o caso dos recursos humanos, que agora passam a ser elegíveis, desde que preponderantes para a concretização do projeto. Como novidade, apontou a aposta nos resultados, referindo que seriam premiados os melhores projetos com base na avaliação criteriosa da sua concretização prática. Nesta nova geração de incentivos o Governante salientou a aposta no incentivo à produção de bens e serviços transacionáveis.

O Deputado Félix Rodrigues salientou que algumas alterações relativamente ao SIDER eram interessantes e que iriam ajudar as empresas, existindo, no entanto, algumas incongruências na sua forma e, como exemplo, referiu:

- os montantes atribuídos nos microprojectos não estavam ligados aos projetos;
- os custos com os trabalhadores eram consideradas despesas elegíveis nuns casos e não elegíveis noutros;
- o turismo só era visível nas perspetivas do turismo rural e da promoção;
- a ajuda do Governo Regional era procedida de uma caução, uma garantia bancária;
- em alguns casos era possível alterar os prazos máximos;
- as empresas eram obrigadas a garantir os postos de trabalho por cinco anos enquanto as pequenas e médias empresas apenas precisam de garantir por três anos;
- nos microprojectos não existiam grandes exigências formais.

Por estas razões, o Deputado achou que o documento deveria ser revisto.

O Vice-presidente esclareceu que o limite de quinze mil euros relativamente à comercialização e despesas de transporte era automático, não implicava a assinatura de um contrato, considerando que se assim fosse seria uma carga burocrática injustificada.

Relativamente à elegibilidade dos custos com trabalhadores o Governante referiu que seriam elegíveis as despesas com os trabalhadores resultantes das novas necessidades para executar o projeto.



No que se referia ao turismo o Membro do Governo informou que estava enquadrado no subsistema de base económica de exportação.

Relativamente às garantias bancárias, informou que só deste modo era garantido o reembolso, tal como acontecia no anterior sistema de incentivos e que o prazo de cinco e de três anos como garantia de manutenção dos postos de trabalho tinha sido aquele que foi tido como razoável.

O Deputado Félix Rodrigues perguntou se no caso do valor do apoio de quinze mil euros se era exigido comprovativo e referiu que o Artigo 20.º (proibição de acumulação de incentivos) poderia dar azo a abusos ou benefícios por ter uma leitura ambígua. Referiu ainda que a discriminação positiva das majorações dos apoios por três grupos de ilhas não era muito clara no documento e que gostava de saber quais os critérios políticos que levaram a criar esses grupos.

O Governante, sobre as questões colocadas, informou que, no que se refere ao comprovativo, a resposta estava bem definida nos documentos e que relativamente às taxas diferenciadas tinha a ver com um padrão já usado anteriormente.

O Deputado António Marinho começou por afirmar que este Decreto Legislativo Regional era de natureza genérica, sendo consequentemente escasso e omissa relação a matérias determinantes, o que obrigou a que o Governo Regional sentisse a necessidade de que fosse acompanhado pelos Decretos Regulamentares Regionais subsequentes à sua aprovação. Ora estes, serão da responsabilidade, não da ALRAA, mas sim do Governo Regional. Referiu ainda que, apesar de valorizar aspetos positivos, como os prémios ligados à criação de emprego e à produtividade, a extensão das alterações não se esgotava no Artigo 2.º. Por outro lado, registou o Deputado, desde o ano 2000 tinha havido avanços e recuos sobre esta matéria e que agora se verificava um recuo muito mais relevante, porque passava tudo para os Decretos Regulamentares Regionais, onde está agora o “sumo” passível de ser objeto de propostas de alteração, afastando a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da decisão mais importante e substancial.

Por fim, o Deputado perguntou se o Governo estaria disponível a assumir um compromisso político com a Assembleia de as alterações que eventualmente sejam feitas aos Decretos Regulamentares Regionais serem sujeitas a um parecer da Comissão Permanente de Economia.

Em resposta, o Vice-presidente informou que tinha sido por isso que tinham enviado o Decreto Legislativo Regional acompanhado pelos Decretos Regulamentares Regionais, para que o debate fosse feito sobre todo o edifício legislativo e que as alterações e ajustamentos seriam partilhados com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



O Deputado António Marinho referiu que esta informação era bem-vinda, mas que, no entanto, se verificava a impossibilidade de propor e votar as alterações aos Decretos Regulamentares Regionais, pela questão óbvia de estes serem da responsabilidade do Governo Regional e não do Parlamento dos Açores.

O Deputado Rogério Veiros afirmou que este conjunto de documentos era uma resposta do Governo ao apresentado na campanha eleitoral de 2012 pelo Partido Socialista. Tratava-se, portanto, de uma aposta clara na criação de emprego.

Referiu que a região já possuía o melhor sistema de incentivos do país e que este novo edifício legislativo vinha melhorar ainda mais esse sistema e por isso declarou o apoio do seu Grupo Parlamentar.

O Deputado Paulo Mendes começou por afirmar que esta proposta de Decreto Legislativo Regional era muito genérica e referiu, como exemplo, que os Decretos Regulamentares Regionais seriam aprovados depois e que nada garantia que essa regulamentação fosse a mesma que era aqui apresentada. Segundo o Deputado tratava-se de uma questão de confiança e de boa-fé, o que criava algum receio. Como solução para remediar esta situação, o Deputado sugeriu que o Governo reformulasse o documento e transformasse os Decretos Regulamentares Regionais em anexo do Decreto Legislativo Regional. A esse propósito salientou que o SIDER tinha uma leitura mais fácil.

O Vice-presidente afirmou que cabia à Assembleia exercer o poder legislativo e ao Governo Regional exercer o poder executivo e que era isso que estava a acontecer. Neste caso o Governo optou por apresentar toda a regulamentação antes mesmo da aprovação do Decreto Legislativo Regional por estar preocupado com a rapidez do processo para dar um novo impulso à Economia da Região Autónoma dos Açores.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, esclareceu que estes documentos tinham sido distribuídos por todos os membros da Comissão e que ninguém poderia dizer que não conhecia as propostas de Decretos Regulamentares Regionais.

O Deputado António Marinho reforçou a ideia de que tinha sido possível ao Governo colocar questões determinantes no diploma em análise, com a possibilidade de apresentar propostas de alteração que o melhorassem, mas que tinha optado por mandar o essencial para os Decretos Regulamentares.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Perante esta questão o Vice-presidente afirmou que o edifício legislativo apresentado estava de acordo com as competências de cada órgão e que as opções tomadas eram perfeitamente legítimas. Referiu que o importante era a rapidez com que era posto em prática para ajudar as empresas e criar emprego.

O Deputado Rogério Veiros pediu para intervir esclarecendo que estes documentos criavam novos incentivos para além dos já existentes e que era importante a rapidez com que seriam postos em prática.

Por sua vez, o Deputado Félix Rodrigues reafirmou que, na Assembleia Legislativa, seria aprovado o Decreto Legislativo Regional e não os Decretos Regulamentares Regionais que o acompanhavam e que achava que havia um conjunto de definições que deveriam integrar o primeiro e não os segundos documentos.

O Governante, ainda sobre este assunto, referiu que esta matéria que estava nos Decretos Regulamentares Regionais estava anteriormente em Portarias e que, como tal, o Governo tinha elevado o patamar para uma melhor clarificação.

O Deputado António Marinho referiu, por último, que, se o Governo queria rapidez, o que seria lógico seria colocar tudo no Decreto Legislativo Regional e quinze dias depois já poderia estar em vigor. Segundo o Deputado, esta foi uma opção política do Governo e que o argumento da rapidez não colhia.

No dia 16 de Maio de 2014 a Comissão ouviu, sobre esta matéria, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores começou por afirmar que este novo sistema de incentivos apresentava um quadro interessante para as empresas e que registava com agrado o seu surgimento.

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, por sua vez, informou que tinham apresentado três propostas de alteração aquando da consulta prévia, relativamente à comissão de acompanhamento, aos pedidos de pagamento de pequenos projetos e os adiantamentos. A avaliação que faziam era positiva e achavam que deveria entrar em vigor o quanto mais depressa melhor.

Referindo-se ao subsistema dedicado ao urbanismo, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada informou a Comissão que estava melhor que o anterior, que não teve



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

execução, muito embora falhasse quando exigia que os apoios às Câmaras Municipais e Câmara de Comércio só funcionassem depois de cinquenta por cento da execução. No seu entendimento deveria eliminar-se essa prerrogativa.

Sobre o mesmo assunto, referiu ainda que a discriminação que existe entre S. Miguel / Terceira e as outras ilhas deveria também ser anulada por se tratar de apoios dedicados a cidades e não a ilhas.

Referiu ainda, que neste momento as empresas estão mais descapitalizadas do que estavam no quadro anterior, mas que era necessário fazer um esforço neste subsistema já que grande parte das atividades turísticas aconteciam nas zonas urbanas. Referiu também que havia a necessidade de incluir novas CAE's, como a de aluguer de automóveis ou as agências de viagens, por exemplo.

Reforçou que era preciso fazer investimento nesta área pois no quadro anterior nada se tinha feito.

O Deputado António Marinho, lembrou que não estávamos a dar parecer aos Decretos Regulamentares Regionais e que, apesar das sugestões apresentadas pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores serem pertinentes, estes não podem ser alteradas pela Assembleia.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, informou a Comissão, a propósito da intervenção anterior, que todas as questões levantadas poderiam ser propostas de alteração e serem incluídas no Decreto Legislativo Regional.

Afirmou também, que a reabilitação urbana levantada pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada tinha sido considerada prioridade negativa.

O Deputado Félix Rodrigues referiu que a pretensão da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores de fazer parte da comissão de execução e avaliação poderia ser pouco transparente.

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, respondeu afirmando que a comissão de acompanhamento não tem qualquer poder de decisão e por isso não havia qualquer conflito de interesses.

Por fim, o Presidente demonstrou alguma preocupação com os gabinetes de análise instalados nas Câmaras de Comércio defendendo que os mesmos deveriam ser integrados na SDEA.



No dia 16 de Maio de 2014 a Comissão ouviu, sobre esta matéria, a Federação Agrícola dos Açores, representada pelo seu Presidente, Jorge Rita.

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores começou por afirmar que era globalmente favorável a este sistema de incentivos, especialmente no que respeitava à agricultura.

Em seguida, referiu que, devido às boas execuções, tinha havido falta de verbas para determinados programas. Este novo programa permitiria a deslocalização de candidaturas do Quadro Comunitário da Agricultura, permitindo, deste modo, libertar verbas para outras áreas.

Referindo-se aos montantes, o Dirigente revelou que nunca eram suficientes. Por outro lado, entendia que estes mecanismos eram destinados à exportação, apesar de a região não ser autossuficiente. Justificou também a necessidade de manter as importações de cereais e fertilizantes para fomentar o crescimento.

Relativamente à medida de emprego para a agricultura reconheceu ser importante mas no entanto entendia que os custos com a segurança social, que passou a ser penalizadora a partir de 2011, iriam impedir a concretização dos objetivos pretendidos e reduzir a adesão.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que os novos incentivos permitiriam libertar verbas para grandes projetos, dando como exemplo o armazenamento, que não eram apoiados nos quadros anteriores.

O Deputado Félix Rodrigues perguntou ao Presidente da Federação Agrícola dos Açores se o seu parecer tinha sido dado com base no Decreto Legislativo Regional ou nos Decretos Regulamentares Regionais e se o apoio à comercialização previsto nestes documentos seria benéfico.

O Dirigente federativo respondeu que a análise de qualquer documento do género era feita na sua globalidade e importância para a agricultura e que este vinha ao encontro das necessidades do sector.

No dia 16 de Maio de 2014 a Comissão ouviu, sobre esta matéria, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores, José António Fernandes.

O Presidente começou por afirmar que a pesca era uma atividade extrativa mas também de mercados e que o problema maior que um setor sentia era adequar a oferta à procura.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Entendia que as pescas necessitavam de valorizar as exportações e aumentar o consumo interno e, nesse caso, o apoio para atingir novos mercados era muito importante. Defendeu também a necessidade de melhorar a apresentação dos produtos e desviar para o consumo local outros produtos de menor valor comercial.

Relativamente às exportações o Dirigente entende que muito havia a fazer na área da transformação, nomeadamente na filetagem, congelação e na secagem de pescado.

Entendia também que esta nova geração de incentivos previa apoios para atingir esses fins, mas que os apoios têm de ser pagos na altura certa para não porem em causa a sobrevivência das empresas do sector.

b) Na especialidade

Nada a registar.

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, dar parecer favorável à presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, com os votos favoráveis do PS e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP e BE.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César



Universidade dos Açores
Reitoria

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Economia
Dr. Francisco Vale César
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 – Horta

Sua referência
1907

Sua comunicação de
08-05-2014

Nossa referência
REIT-SAI/2014/157

Data
19-05-2014

Assunto: Pedido de Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 29-X - Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - Competir +.

No seguimento do pedido de parecer solicitado à Universidade dos Açores (UAc) sobre o decreto legislativo referenciado em epígrafe, serve o presente reterar junto de V.Exª a apreciação global positiva desta instituição relativamente à iniciativa e ao documento em apreço. Mais se informa que a UAc, à margem da aprovação do diploma, pretende pronunciar-se sobre certos aspetos relativos a alguns dos decretos regulamentares que suportarão os diferentes subsistemas de incentivos.

Com os melhores cumprimentos.

O REITOR

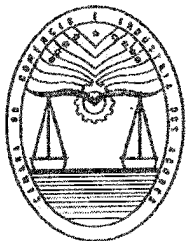
João Luís Roque Baptista Gaspar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 1560 Proc. n.º 102

Data: 01/05/20 N.º 29/X

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada
Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050
Contribuinte N.º 512 021 280

PROPOSTA**DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL****SISTEMA DE INCENTIVOS PARA A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL****PARECER**

A CCIA teve a oportunidade de manifestar a sua concordância genérica com os objetivos e orientações, bem como com muitas das opções constantes da proposta de diploma, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial, designado de Competir +, bem como da regulamentação dos respetivos subsistemas. Esta proposta acolhe diversas sugestões, que esta Câmara tem vindo a apresentar ao longo do tempo.

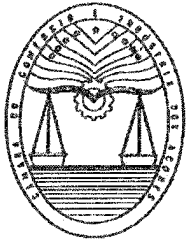
Releva-se o facto da apresentação conjunta do diploma criador do sistema e da respetiva regulamentação, o que constitui uma boa prática, que deveria ser prosseguida em outras áreas, pois possibilita uma visão global e concreta de todo o sistema.

Um sistema de incentivos ao investimento adequado e atrativo aos investidores é um poderoso instrumento para o surgimento de novos projetos empresariais, bem como para a modernização e ampliação de existentes. A CCIA entende que há, no atual contexto com especial acuidade, constrangimentos importantes a montante sobre os quais é indispensável atuar, sob pena do Competir + não ter a procura desejada e, portanto, não alcançar os objetivos pretendidos e estar-se perante uma oportunidade perdida.

Como a CCIA tem vindo reiteradamente a salientar, uma parte significativa do tecido empresarial encontra-se descapitalizada, o que tem como consequência dificuldades no acesso e no custo do financiamento, para o desenvolvimento de projetos de investimento. Torna-se importante atuar a este nível, uma vez que o sucesso deste sistema encontra-se intimamente ligado à resolução desta questão, bem como às perspetivas da evolução da economia, que condicionam as expectativas dos agentes económicos.

Encontra-se previsto no Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação, na componente do turismo, que a "aquisição de edifícios degradados, desde que destinados aos projetos de instalação dos empreendimentos" e também no desenvolvimento local, constituem, e bem, despesas elegíveis. Esta medida deveria ser transversal a todos os subsistemas, o que constituiria uma importante medida para a recuperação do edificado, em detrimento de novas construções, constituindo também um importante instrumento de ordenamento do território.

A CCIA vê com preocupação a possibilidade de entidades públicas ou com capitais públicos virem a absorver parte significativa dos incentivos previstos em alguns subsistemas, bem como o acesso indiscriminado a qualquer entidade associativa, o que poderá conduzir a projetos redundantes e sem efeito prático para a competitividade empresarial.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada
Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050
Contribuinte N.º 512 021 260

Um aspeto que se questiona é se a entidade que tem competência no acompanhamento e avaliação da execução do sistema, se poderá ou não candidatar ao COMPETIR +. A verificar-se tal possibilidade não haverá independência entre quem acede ao sistema e quem o acompanha e avalia.

No que se refere ao modelo institucional de gestão do COMPETIR + o mesmo encontra-se cometido exclusivamente no âmbito público, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos quadros.

A CCIA considera que é necessária a participação ativa dos parceiros sociais em todo o sistema. Nesse sentido, propõe a criação de uma Comissão que acompanhe e monitorize, de forma a ter-se um conhecimento concreto e permanente da sua evolução, possibilitando, que o decisor público possa tomar decisões atempadas, caso se justifique.

A CCIA considera fundamental a proximidade entre os promotores e o organismo gestor das candidaturas, pelo que, defende que deverá haver uma descentralização espacial da avaliação.

Considera a CCIA que é importante conhecer as opções que estão a ser desenhadas ao nível dos incentivos ao investimento no resto do país. O sistema regional deve ser muito competitivo, se pretender captar investimento externo. Também não se pode esquecer que há ações neste Competir +, que já vêm sendo desenvolvidas a nível nacional no QCA que está a terminar, como são os casos de ações previstas no Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial. É importante, por isso, que não se venha a verificar a existência de áreas, que são de reconhecido interesse para os agentes económicos, que serão objeto de apoio a nível nacional e não a nível regional.

Este sistema não prevê qualquer tipo de incentivos para o setor da construção civil. Entende-se que seria necessário apoios à sua modernização, redimensionamento e fusão.

O sistema deve prever a possibilidade de criação de atividades para os diversos subsistemas, sempre que elas se revelem importantes para a área geográfica do investimento e se insiram na estratégia de cada programa.

Tendo como objetivo melhorar o sistema, a CCIA apresenta de seguida um conjunto de propostas, vindo materializar o que teve oportunidade de salientar em reunião recentemente havida, bem como de uma análise mais detalhada do Competir +.

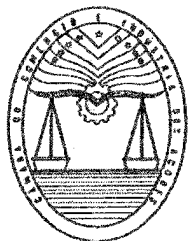
Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial**Artigo 5º**

3 – Propõe-se que o prazo para comprovação da condição seja até à data da apresentação do 1º ou único pedido de pagamento.

Artigo 6º

4 -

- a) Propõe-se que os ativos sejam utilizados nos estabelecimentos beneficiários, uma vez que podem estar afetos a mais do que um.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada

Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050

Contribuinte N.º 512 021 260

6 – Propõe-se o alargamento do prazo para 6 meses Esta alteração implica que o ponto 4 do artigo 15º seja alterado.

Artigo 15º

5 – Propõe-se que possa haver até 3 pedidos de pagamento.

Artigo 16º

3 – Propõe-se aumentar o prazo para 30 dias úteis .

Artigo Novo

Deve ser previsto o adiantamento dos pagamentos, à semelhança do que existe no SIDER.

Artigo 17º

n) Propõe-se um prazo igual de 3 anos para todos os promotores

Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado**Artigo 2º**

1 - Deve ser prevista a criação de atividades, desde que elas se revelem importantes para a área de intervenção e se insiram na estratégia do programa. (este ponto já está previsto neste artigo). Entende-se que tipologia da alínea a) prevê a criação de novas atividades e de novas empresas desde que o investimento a realizar seja efetuado em estabelecimentos empresariais existentes.

Acrescentar nos serviços: as atividades de saúde (grupo 862 e 869), as atividades imobiliárias (grupos 681 e 682), atividades de design e atividades fotográficas (grupos 741 e 742, aluguer de automóveis (classe 7711) e agencias de viagens e operadores turísticos (grupo 791).

2 – Entende-se que a definição da área geográfica deve ser feita em cooperação entre a autarquia e a associação empresarial.

Artigo 3º

- a) Se houver promotores que apresentem projetos estruturantes para o centro urbano e que se revelem âncoras para o programa, deve ser prevista a sua possibilidade de instalação, mesmo que não sejam PMEs.
- b) Importante retirar “em atividade há, pelo menos, três anos”, a fim de incentivar a beneficiação dos espaços devolutos.

Artigo 5º

1 - Tendo em consideração o know-how e a experiência que a CCIA e as suas associadas têm na gestão de sistemas de incentivos, propõe-se que a análise das candidaturas promovidas pelas empresas sejam analisadas pelas nossas associadas.

2 – Propõe-se que as candidaturas sejam apresentadas em cooperação pelos promotores e não por apenas um deles.

O sistema só funcionará bem e obterá os resultados pretendidos se for um programa integrado das 3 valências previstas. A experiência com projetos desta natureza bem o demonstra.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada
Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050
Contribuinte N.º 512 021 260

Artigo 11º

Prever as despesas com a realização de explanadas.

Artigo 15º

Propõe-se que haja uma taxa única, qualquer que seja a ilha.

Não se vislumbra vantagem na existência de taxas diferenciadas, até porque não existe para as autarquias e para as associações empresariais.

Artigo 17º

O previsto no nº2 poderá constituir um constrangimento à apresentação de candidaturas, uma vez que as Associações Empresariais, à semelhança dos municípios (nº2, do artigo 16º) podem incorrer em custos que poderão ser não financiados.

A CCIA entende que o apoio às AE não deve estar ligado à execução dos projetos por parte das empresas.

Anexo I

3 -

- a) Propõe-se que o montante previsto seja de 50%.

Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação**Artigo 4º**

1 -

- b) Propõe-se aumentar o limite para 10%.

Artigo 5º

1 -

- a) Propõe-se que seja reduzido o montante para 2,5 milhões de euros (a proposta é de 4 milhões)
- b) Acrescentar as atividades de aluguer de automóveis (classe 7711) e agências de viagens e operadores turísticos (grupo 791).

Artigo 9º

Salienta-se o carácter discricionário que os membros governamentais da área do turismo passam a ter, uma vez que várias tipologias de projetos carecem do reconhecimento do interesse do projeto e, consequentemente, do seguimento e da sua aprovação. É, por conseguinte, importante que haja uma definição clara do que se pretende para cada uma das áreas, para que os investidores conheçam e tenham segurança nos seus projetos.

Artigo 10º

2 - Também deve abranger empresas que não sejam PME's. Não faz sentido limitar apenas a este tipo de empresas, principalmente quando se pretende captar investimento para uma área estratégica. Salienta-se que muitas vezes não está em questão a dimensão das empresas, mas as suas participações.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada

Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050

Contribuinte N.º 512 021 260

Artigo 13º

- 1- Atendendo à natureza estruturante deste subsistema propõe-se que a taxa não reembolsável seja de 35%, 40% e 45%.
- 2- Passar o período de carência de 3 para 4 anos.
- 4 -
 - a) Propõe-se a seguinte redação: 2% por cada posto de trabalho até ao limite de 20%.

Subsistema de Apoio à Eficiência empresarial

Este subsistema tem muito em comum com o Sistema de Apoio a Ações Coletivas, que vigora no continente no âmbito do QCA, que está a terminar, podendo constituir, desde que devidamente aproveitado, um bom instrumento para potenciar os objetivos a que se propõe. Esta proposta apresenta-se muito genérica, podendo originar uma grande discricionariedade por parte de quem avalia e aprova os projetos.

Artigo 4º

- 1 -
 - c) As associações de desenvolvimento local também são consideradas entidades promotoras. Estas entidades são as que têm gerido os programas LEADER? Não se vê grande vantagem nesta participação.
Sugere-se que estas e outras entidades sem fins lucrativos possam ser consideradas beneficiárias, quando participem em projetos em co-promoção com uma das outras entidades beneficiárias, tendo em consideração o tipo de projeto.
- 2 -
 - d) Propõe-se acrescentar uma nova alínea com a seguinte redação:
Ter como objeto atividades em áreas diretamente relacionadas com os projetos a desenvolver e ou possuir vocação e experiência adequadas à prossecução dos objetivos e atividades do projeto.

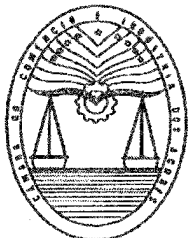
Artigo 5º

- 1 -
 - c) Embora se compreenda a intenção, a atual redação poderá ser limitativa ao desenvolvimento de *clusters*.

Artigo 8º

Propõe-se uma alteração na tipologia de projetos, prevendo expressamente a realização de estudos de mercado e não apenas de estudos de novos mercados, uma vez que é limitativo. (alínea d) do nº1).

A decisão de realização de investimentos deve assentar designadamente em estudos de mercado. Verifica-se a inexistência deste tipo de estudos em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Por isso se propõe a existência de um item para o

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada

Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050

Contribuinte N.º 512 021 260

desenvolvimento deste tipo de projeto, cujos resultados seriam divulgados junto dos potenciais investidores, constituindo também um instrumento importante para as decisões de quem avalia e aprova os projetos.

Esta questão também tem especial interesse para as ilhas com menor dimensão, uma vez que podem existir projetos, que podem significar uma alteração significativa na estrutura empresarial local.

Artigo 9º

1 -

- a) Para o tipo de projetos em apreço, afigura-se que o limite de 5% não é suficiente para a elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos (10 000€, para o investimento máximo).

2 -

- b) Também devem ser considerados os custos salariais com os postos de trabalho que as entidades promotoras venham colocar afetos aos projetos. Este é um aspeto fundamental, uma vez que há entidades que dispõem de know-how interno para o desenvolvimento parcial ou total dos projetos e esses custos devem ser considerados despesas elegíveis.

Artigo 11º

Propõe-se com investimentos inferiores a € 300.000,00

Artigo 13º

- f) Também devem ser considerados os custos salariais com os postos de trabalho que venham a ser afetos aos projetos. Este é um aspeto fundamental, uma vez que há entidades que dispõem de know-how interno para o desenvolvimento parcial ou total dos projetos e esses custos devem ser considerados despesas elegíveis.

Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação

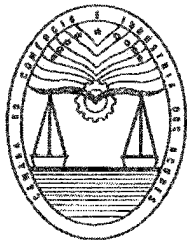
Sendo uma área de grande importância para melhoria da qualidade e para a inovação, o montante do incentivo (artigo 9º) deveria manter-se ao mesmo nível do que vigora no quadro que está a terminar, ou seja 60%, em vez de 50%.

Tendo em consideração os objetivos deste subsistema, deveria contemplar um subgrupo direcionado para ações coletivas, aliás à semelhança do previsto nos subsistemas do Empreendedorismo Qualificado e Criativo e da Eficiência Empresarial, com o mesmo tipo de promotores.

Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo**Artigo 7º**

1 -

- c) Propõe-se que seja de 3 anos a duração máxima para execução do projeto.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada

Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050

Contribuinte N.º 512 021 260

Artigo 8º

- r) Propõe-se que o limite máximo para elaboração do processo de candidatura seja de €4.000,00;

Artigo 10º

O novo Empreende Jovem prevê uma redução de 10 pontos nas taxas de comparticipação, em relação ao que está em vigor, o que o tornará claramente menos atrativo.

Propõe-se que a taxa de comparticipação se aproxime da que ainda vigora no Empreende Jovem.

Artigo 11º

- 1 - Propõe-se com investimentos inferiores a € 300.000,00

- a) Propõe-se que os apoios também abranjam o funcionamento destes espaços
(Consideramos que não deve estar neste artigo mas sim no artigo 15º)

Artigo 14º

3 -

- C) Aumentar para 3 anos a duração máxima de execução

Artigo 15º

- 1 - Devem ser previstas despesas com o funcionamento do projeto.

Subsistema de Incentivos para a Internacionalização

Este subsistema contempla várias das ações que existem no Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos. Teremos os 2 sistemas em simultâneo, uma vez que não consta dos diplomas que serão revogados (Artigo 24º, do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial)?

Artigo 7º

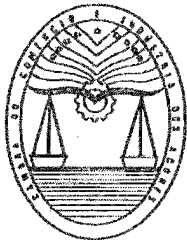
1 -

- s) Também devem ser considerados os custos salariais com os postos de trabalho que venham a ser afetos aos projetos. Este é um aspeto fundamental, uma vez que há entidades que dispõem de know-how interno para o desenvolvimento parcial ou total dos projetos e esses custos devem ser considerados despesas elegíveis.

Artigo 11º

Há uma redução muito significativa na taxa em ações que já se encontram abrangidas pelo Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos. Esta questão deve ser reequacionada, no sentido de haver uma aproximação aos valores que ainda estão em vigor.

No que se refere às ações de cooperação empresarial, propõe-se que a taxa de comparticipação seja semelhante à prevista no subsistema de apoio a eficiência empresarial. No que se refere à "economia digital", tendo em consideração a sua especificidade e natureza, não se vê razão para haver uma diferenciação de taxas entre grupos de ilhas.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 Ponta Delgada

Telef. + 351 - 296 305 000 • Fax + 351 - 296 305 050

Contribuinte N.º 512 021 260

5 -

- b) Propõe-se a substituição da expressão "...envolver entidades destas ilhas", por "...envolver entidades de pelo menos uma destas ilhas".

Subsistema de Incentivos ao Desenvolvimento Local**Artigo 2º**

2 - Acrescentar nos serviços: as atividades de saúde (grupo 862 e 869), as atividades imobiliárias (grupos 681 e 682), atividades de design e atividades fotográficas (grupos 741 e 742, aluguer de automóveis (classe 7711)

Artigo 2º

2 - Propõe-se o mesmo montante de investimento (300.000,00) para todas as atividades.

Artigo 4º

2 - Suprimir

3 - Suprimir

Artigo 5º

1 -

- g) Aumentar o limite para 10%.

3 -

- c) Incluir a reconstrução de edifícios.

Artigo 7º

1 - Há uma redução significativa, comparativamente com os incentivos em vigor. Deveria haver uma aproximação.

Também se considera que os apoios previstos no nº 3, do artigo 2º devem ter a mesma taxa de comparticipação que os projetos referidos no nº2, do mesmo artigo.

4 - 2% para cada posto de trabalho, até ao limite de 20%.